

QUE CETICISMO?

O “pirronismo moderno” e o ceticismo acadêmico

Karina Nunes dos Santos²²⁶

Resumo: Este texto é produto de estudos acerca da retomada do ceticismo antigo na modernidade. Pretendemos nele, primeiramente, mostrar como o ceticismo pirrônico ganha espaço na modernidade, em detrimento da queda do ceticismo acadêmico; em segundo lugar, evidenciar as razões pelas quais isto ocorre e a maneira como contribui para a formação do pensamento moderno. Para tanto, analisaremos fontes históricas e filosóficas que vinculam o ceticismo acadêmico ao antirracionalismo e o ceticismo pirrônico à racionalidade no fim do Renascimento, a partir da postura adotada frente ao problema do critério da verdade na religião.

Palavras-chave: Ceticismo; pirronismo; Academia; razão; fideísmo; modernidade.

Abstract: This text is the product of studies about the resumption of skepticism old in modernity. We intend first to show how Pyrrhonic skepticism gains space in modernity, to the detriment of the fall of academic skepticism; secondly, show the reasons why this occurs and the way in which it contributes to the formation of modern thought. In order to do so, we will analyze historical and philosophical sources that link academic skepticism with anti-rationalism and Pyrrhic skepticism to rationality, at the end of the Renaissance, from the position adopted around the problem of the criterion of truth in religion.

Keywords: Skepticism; pyrronism; Academy; reason; fideism; modernity.

Dizemos, então, que o gérmen do ceticismo esteve presente já nos textos idílicos, que mencionavam os conflitos de opiniões, por exemplo. Sugerindo uma aparição rasteira do que seria uma forma de pensamento cético, alguns comentadores afirmam que ele aparece também ligado a filósofos pré-socráticos, como no “movimento” de Heráclito ou em Xenófanes; nos argumentos filosóficos, como no princípio da não contradição, de Aristóteles, presente no Livro IV, de *A metafísica*; nas obras de sofistas, como o relativismo de Protágoras e mesmo

226 Graduanda do curso de licenciatura em filosofia, pela Universidade Federal de Sergipe.

Karina.filosofia@hotmail.com

na filosofia de Sócrates e Platão, na argumentação dos diálogos platônicos (MARCONDES, 1994, p.87).

O ceticismo, no entanto, não se reduz ao ato de duvidar ou ao debate de opiniões, mas à maneira de proceder diante da dúvida através da oposição de argumentos racionais.

O ceticismo é a habilidade antitética de [opor] [coisas] aparentes e também pensamentos, de todos os modos e sempre que possível; [habilidade] que, por causa da equipolência das coisas e argumentos opostos, leva-nos primeiro à suspensão de juízo, depois à imperturbabilidade. (H.P., I, 4)

Ele surge primeiramente como prática e depois teoricamente sistematizado, ainda na Antiguidade, mas, na modernidade o ceticismo passa a ser abordado com mais proeminência no cenário filosófico. Nosso objetivo é, portanto, demonstrar que o ceticismo pirrônico, esquecido durante o período medieval, retomou os palcos filosóficos na modernidade com mais relevância que o ceticismo acadêmico, igualmente esquecido. Mostraremos como isso ocorre e quais as possíveis motivações e consequências para a formação do pensamento moderno, analisando obras históricas e filosóficas que nos forneçam dados das aparições de cada forma de ceticismo, seus defensores, seus usos e suas vinculações.

Pirrônicos e Acadêmicos: que diferenças?

Historicamente, o ceticismo surge com Pirro de Élis (c. 315-225 a. C.), a quem se atribui o título de primeiro cético. Seu ceticismo, no entanto, se mostra como prática, muito semelhante ao estoicismo e epicurismo. Mas, é na Academia de Platão que o ceticismo – acadêmico – passa por uma elaboração teórica, feita por Carnéades (c.213-129 a.C.) e Clitômaco (175-110 a.C.), inspirados por Arcesilau (c.315-241 a.C.) (POPKIN, 2000, prefácio) e seus principais difusores; Cícero, Diógenes Laércio e Santo Agostinho. O ceticismo acadêmico se colocava frente ao dogmatismo positivo, numa postura de negação da possibilidade de conhecimento verdadeiro, baseado numa cadeia de argumentos formulados na forma de proposições em que eram verificadas sua verdade e falseabilidade, embora partissem do princípio de que nenhum conhecimento era possível. Os céticos acadêmicos afirmavam que as fontes de conhecimento do mundo, os sentidos e a razão eram falhas, de modo que jamais poderiam gerar conhecimento verdadeiro das coisas, restando como alternativa, apenas uma possibilidade aproximada da verdade. Embora esse ceticismo fosse uma reação ao dogmatismo da época, sua postura apresentava um dogmatismo negativo, ao negar toda e qualquer forma de conhecimento verdadeiro.

Da Academia, o ceticismo migrou para as escolas pirrônicas, que, como o nome sugere, estão atreladas à figura de Pirro. O ceticismo pirrônico foi formulado teoricamente por Enesidemo de Cnossos (c.100-40 a.C.), que pensou um meio termo entre o ceticismo acadêmico, na negação da verdade, e os dogmáticos, na afirmação da mesma. A suspensão de juízo (*époche*) formulada pelos estoicos foi, posteriormente, adotada por Arcesilau e, depois, pelos pirrônicos, de modo que essa não é uma noção de Pirro, originalmente. Esse modelo de ceticismo foi elaborado na forma de “tropos” ou “modos” de proceder ante a dúvida, sendo, antes de tudo, uma habilidade que, dada a impossibilidade de resolução, levaria à suspensão de juízo, conduzindo o indivíduo a um estado de imperturbabilidade da alma (*ataraxia*). O ceticismo pirrônico está comprometido, antes, com a imperturbabilidade, que é o objetivo último de sua busca: manter-se ativo diante das aporias, pois elas não devem dificultar o curso da vida comum, como o próprio Pirro procedia, chegando à felicidade (*eudaimonia*).

Dizemos que a causa primeira do ceticismo é a expectativa de alcançar a imperturbabilidade; pois os homens valorosos, perturbados por causa da irregularidade nas coisas e em aporia acerca de a qual [alternativa] se deve assentir, foram levados a investigar o que é verdadeiro e o que é falso nas coisas, como se, a partir da verificação disso, chegassem à imperturbabilidade. O princípio mais substancial do ceticismo é o de, a todo argumento, opor um argumento igual. Pois achamos que após isso acaba que não dogmatiza. (H.P., I, 6)

Os “tropos”, reunidos na obra *Hipotiposes pirrônicas*, de Sexto Empírico, foram aplicados em diversas áreas do conhecimento, na Antiguidade, como na matemática, na lógica, na astrologia, na gramática e, principalmente, na medicina grega, na comunidade médica de Alexandria como contraponto tanto ao dogmatismo positivo quanto ao negativo. Antes de se tornar uma investigação argumentativa, como exposta por Sexto Empírico, o ceticismo aparece na atitude radical de duvidar de tudo que está além da aparência, com Pirro, que vivia um ceticismo prático. A caricatura que se faz de Pirro, no entanto, não pode ser afirmada categoricamente, uma vez que partimos de testemunhos por vezes contraditórios, pois, o mesmo Pirro que aparece nas *Hipotiposes*, de Sexto, aparece também vinculado a um ceticismo “indiferente”, por Diógenes Laércio, segundo Bolzani (2011, p.3). Diógenes confunde o distanciamento da dúvida com a ausência de sensação (*apathia*) e inação (*apraxia*). A interpretação de Diógenes Laércio acerca da conduta pirrônica parece contraditória, pois o ceticismo de Pirro é estritamente prático. Entretanto, todos convergem quanto ao pirronismo tratar-se, sobretudo, duma filosofia comprometida com a ética. É certo, porém, que a forma como o ceticismo é conhecido hoje, em muito deve-se à obra de Sexto Empírico, principal difusor do ceticismo pirrônico, embora se saiba que Diógenes Laércio fora lido com significativa intensidade. Mas o que pretendemos é privilegiar o renascimento do ceticismo à maneira sextiana, pois foram seus argumentos os responsáveis pela crise que se

instaurou a partir de Lutero, abrindo caminho para discussões filosóficas posteriores. A despeito dessas divergências, parece correto suspender o juízo e seguir o curso de nossa investigação, não apáticos, mas tranquilos, uma vez que sabemos que essas dúvidas redundam na impossibilidade de resolução, já que partimos de testemunhos tão controversos.

Como se percebe, há inúmeras dificuldades ao tratar de filósofos antigos, que partem da escassez de fonte documental, pois boa parte desses filósofos nada ou pouco escreveu, ou ainda, o que foi escrito perdeu-se, restando, de alguns, apenas fragmentos. Esses estudos se fazem, então, a partir duma análise doxográfica ou de relatos e textos de seus discípulos. Pirro nada escreveu sobre o ceticismo que lhe é atribuído, pois fazia parte daquele grupo de filósofos que dedicavam-se à prática da filosofia, porém, é considerado o pai do ceticismo por ter sido o primeiro e mais completo cético, segundo o próprio Sexto Empírico. As duas filosofias – a pirrônica e a acadêmica –, no entanto, se dizem céticas, suspensivas e aporéticas, de modo que o limite entre elas parece imperceptível. O que difere o cético acadêmico do cético pirrônico é assunto complexo mesmo na antiguidade, segundo afirma Bolzani (2011, p.7). Mas, Sexto Empírico sinaliza que há uma diferença entre elas, afirmando, nas *Hipotipoeses*, que:

Para aqueles que investigam um assunto, provavelmente ou segue-se a descoberta, ou a rejeição da descoberta e a admissão da inapreensibilidade, ou a persistência na investigação [...] Eis porque, do mesmo modo, quanto às investigações filosóficas, uns afirmaram que descobriram a verdade, outros proclamaram que [ela] não é capaz de ser apreendida, já outros investigam. (H.P., I, 1)

O ceticismo pirrônico trabalha com a investigação, ao contrário do ceticismo acadêmico, que atesta a impossibilidade de conhecimento verdadeiro, sendo mais facilmente confundido com o dogmatismo negativo que com ceticismo. Ao afirmar que o ceticismo acadêmico se equipara ao dogmatismo que tentou combater, Sexto Empírico coloca o pirronismo em posição privilegiada, sendo, antes, uma forma de ceticismo intermediária entre os dogmatismos, mas, do ponto de vista cético, uma forma radical.

Esta distinção, apontada por Sexto, é de suma importância para a fundamentação de um dos objetivos deste trabalho, que consiste em tornar evidente a ascensão do pirronismo na modernidade, em razão da queda do ceticismo acadêmico estar vinculada justamente ao seu caráter dogmático.

A obra de Sexto Empírico (séc. II d.C.) pertence a esta nova tradição, e é provável que Sexto tenha tentado caracterizar os Acadêmicos como dogmáticos negativos visando enfatizar a originalidade e a autenticidade do Pirronismo como realmente representando o Ceticismo. Sexto insiste na interpretação da época como suspensão de juízo, i.é. uma posição segundo a qual não se afirma nem nega algo, evitando, assim, o dogmatismo negativo dos Acadêmicos que afirmavam ser impossível encontrar a verdade (ver acima). Desta forma, o recurso ao probabilismo não se

torna necessário, não havendo motivo para a adoção de um sucedâneo do critério estóico [sic] de decisão. (MARCONDES, 1994, p.94)

É, portanto, o caráter investigativo (*sképsis*) do ceticismo pirrônico que o difere fundamentalmente do ceticismo acadêmico.

O renascimento do ceticismo no Renascimento

Apesar de seu surgimento datar do período helenístico, o ceticismo passa a ser abordado com relevância somente no início da modernidade, a partir de debates que se precipitaram na esfera religiosa. Há, no entanto, estudos recentes sobre o impacto do ceticismo ainda no período helenístico (BRITO, 2015). Com a crise intelectual da Reforma Protestante acerca do padrão correto de conhecimento religioso, a chamada “regra de fé” passava por uma verificação do critério de verdade, na qual o pirronismo se inseria como argumento cético em relação ao conhecimento natural. Adormecido durante o período medieval, o ceticismo pirrônico alimentava e, ao mesmo tempo, era alimentado por uma crise intelectual que lhe devolvia o valor, ao romper com os moldes do pensamento medieval.

No início do medievo, a Igreja parecia ter superado o pensamento cético, implantando em seu lugar uma doutrina cristã que asfixiou o critério de verdade. Através do fideísmo antirracional de Santo Agostinho, a Igreja detinha as rédeas do critério de fé, sendo ela mesma o critério, numa postura de deturpação e imposição moral em causa própria. Quando Martinho Lutero (1483-1546) começa a questionar os critérios pelos quais a Igreja julgava-se a única autoridade, o ceticismo pirrônico retoma sua forma anterior de pensar a verdade, gerando conflitos e dificuldades filosóficas que foram discutidas no ceio da religião.

Ao negar o critério de fé, adotado pela tradição católica, Lutero suscitou a Reforma Protestante, retirando da Igreja sua autoridade, dando ao homem comum a capacidade de julgar o Evangelho e tomar decisões baseadas apenas em sua própria interpretação e consciência. A partir da negação à tradição da Igreja Católica, o problema do critério foi abordado de acordo com a formulação de Sexto Empírico, nas *Hipotiposes pirrônicas*.

Portanto, dizemos que o critério da conduta cética é o aparente, assim, é potencialmente chamando de impressão; pois, baseado na sensação e na afecção involuntária, é ininvestigável. Por isso, do mesmo modo, ninguém divergirá sobre se o subjacente aparece de uma maneira ou de outra, mas investiga-se sobre se este [subjacente] é tal como aparece. (H.P., I, 11)

Significa dizer que é desnecessário questionar o que se nos apresenta como algo evidente, mas questionar se o que se apresenta é tal como se apresenta. Na discussão, cabia questionar se a Igreja realmente detinha o critério de verdade que a colocava como única capaz de decidir no que se deveria crer.

Em réplica a Lutero, Erasmo de Roterdã escreve *De Libero Arbitrio*, uma crítica ao critério adotado por Lutero na Reforma Protestante. Sua posição consistia na “defesa ética da fé”, na qual era adotada a suspensão de juízo – atitude cética – diante da impossibilidade de julgar o critério de fé. Embora sua crítica fosse voltada a Lutero, sua posição assumia a incapacidade da Igreja em eleger um critério que atendessem racionalmente às exigências que Lutero havia exposto. No entanto, essa posição permitia que o fiel permanecesse no ceio da religião, sem questionar a regra de fé, mas aceitando que não era possível defini-la ou identificá-la. A postura acomodada de Roterdã privilegiava ainda mais o ceticismo, ao confessar a impossibilidade de encontrar um critério adequado, porém, acatando como verdade a falácia da autoridade da Igreja, eximindo-se do debate argumentativo.

Havia um consenso em relação ao desaparecimento do ceticismo na Idade Média e retorno no fim do Renascimento, a partir da obra de Sexto. Porém, a partir do ceticismo agostiniano, essa discussão toma outro rumo, segundo Marcondes (2012). No século IV, Agostinho escreve uma obra chamada *Contra acadêmicos*, num ataque ao ceticismo, vinculando-o, no entanto, unicamente ao ceticismo acadêmico, como se esta fosse a única forma de ceticismo existente, levantando suspeitas de que pode ter havido uma influência do pirronismo sobre a filosofia acadêmica, ao ponto de serem tomadas como uma só. Após a morte de Sexto Empírico, no século II d.C., essa havia sido a única menção ao ceticismo no medievo. A defesa de Marcondes é a de que os textos céticos agostinianos estiveram presentes no período medieval como representação do ceticismo acadêmico, o que nos chama a atenção para a presença do ceticismo na forma de questões céticas, como da possibilidade de conhecimento e sua verificação, diferentemente, porém, duma filosofia cética mais elaborada. A difusão do ceticismo acadêmico a partir da obra de Santo Agostinho possibilita, então, pensar a presença do ceticismo no medievo, embora essa aparição redunde na reafirmação da fé. Esse caminho, entretanto, revela uma tendência cética presente em outras abordagens na religião, como as dos teólogos antirracionais judeus, muçulmanos e cristãos (POPKIN, 2000, prefácio). O fideísmo antirracional, portanto, aparece vinculado a uma postura cética, ao substituir a suspensão de juízo pela fé, na impossibilidade de se chegar à verdade a partir da racionalidade. Se, por um lado, o fideísmo agostiniano gerou a queda da racionalidade nos assuntos religiosos, superando o ceticismo pela fé, no medievo, por outro lado, seu antirracionalismo pode ser interpretado como uma forma de ceticismo ao negar a razão.

A crise instaurada por Lutero permitiu um amplo debate intelectual acerca da verificação da verdade, a partir dos argumentos de Sexto Empírico, em que outros defensores

dos principais pontos de vista, da Reforma e Contrarreforma, se posicionaram, numa insolúvel disputa, como Calvino, seguidor de Lutero, e Castellio, seu opositor. Calvino defendia a evidência, a despeito do argumento, que consistia em um tipo de iluminação divina para que o indivíduo pudesse compreender as Escrituras e julgar a conduta humana, segundo um senso de bem e mal dado por Deus. Essa teoria é um desenvolvimento da teoria subjetivista de Lutero, que visava estabelecer um critério através da evidência da escolha divina. Enquanto isso, Castellio se ocupava com uma defesa argumentativa e racional, procurando questionar os critérios da escolha divina enunciada por Calvino. Castellio partia duma argumentação cética moderada, que consistia em discernir aquilo em que devemos acreditar daquilo do que devemos duvidar, e o critério usado deveria presumir que a verdade pudesse ser verificada por todos, o que seria estabelecido pelo uso de instrumentos de juízo, ou seja, pelo uso da razão e dos sentidos, argumento semelhante ao de Sexto Empírico nas *Hipotiposes pirrônicas*. Diferentemente de Roterdã, que defendia a autoridade da Igreja em caso de dúvida, o ceticismo moderado de Castellio priorizava a defesa da racionalidade, embora os dois argumentos possam ser classificados como céticos.

O ceticismo emerge no fim do Renascimento, a partir da retomada de três fontes: Sexto Empírico, Cícero e Diógenes Laércio (POPKIN, 2000, p.49). Sexto Empírico tornou-se o “pai da filosofia moderna” ao final do século XVII, embora Cícero e Diógenes Laércio tenham sido também difusores do ceticismo antigo. A discussão acerca do critério da fé ganha mais vulto a partir da leitura Sexto Empírico, por ele dispor os argumentos que serviriam de base para os questionamentos de Lutero, no âmago da religião. A crise cética do Renascimento e da Reforma Protestante exaltaram a obra de Sexto, tornando-o o cético mais abordado no período moderno por filósofos que viriam a desenvolver seu pensamento posteriormente, como Montaigne, Mersenne e Gassendi (POPKIN, 2000, p.55).

Como vimos, a tensão provocada pela inserção do pensamento cético na religião fomentou algumas transformações ocorridas no cenário intelectual, semeando o nascimento do pensamento moderno, a partir do renascimento do ceticismo. Vejamos como isso acontece.

O antirracionalismo e o ceticismo acadêmico

A obra de Sexto Empírico reaparece nos séculos XIII e XIV, em Paris e na Espanha, respectivamente, e é publicada na íntegra pelo contrarreformista Gentian Hervet, disseminando-se por toda a Europa. No século XVI, Gian Francesco Pico della Mirandola revisita a obra de Sexto Empírico, mas se posiciona em favor da Igreja, utilizando seus

argumentos para derrubar a filosofia racional. Na impossibilidade de saída diante da dúvida, a solução de Pico della Mirandola era depositar fé no conhecimento e poder da “revelação” (POPKIN, 2000, p. 53).

O cardeal Jacopo Sadoletto, bispo de Carpentras, escreveu uma resposta ao ceticismo acadêmico, em que o acusava de ser uma filosofia inútil. Ao mesmo tempo, elevava a filosofia aristotélica, num elogio à razão que conduziria ao conhecimento dos universais, que traria a felicidade, e esta seria a filosofia verdadeira. Sadoletto depositava extrema fé na razão humana, mas não parecia preocupado com argumentações céticas (POPKIN, 2000, p.63). Henricus Cornelius Agrippa von Nettesheim, em *De incertitudine et vanitate scientiarum declamatio invectiva...* debruçava-se sobre a denúncia do orgulho do conhecimento, em detrimento da fé na Escritura, mencionando apenas a influência cética de Cícero e Diógenes Laércio, difusores do ceticismo acadêmico. Outros autores, como Reginald Pole, Pierre Bunel e Arnold Du Ferron, buscaram no ceticismo acadêmico suporte para suas filosofias antirracionais, e foram chamados de *nouveaux academiciens*, por recuperarem o ceticismo acadêmico, embora o usassem apenas na defesa de suas teorias fideístas. Podemos perceber que o fideísmo se apoderou do ceticismo acadêmico para justificar suas teorias antirracionais em defesa da fé.

Comumente, os fideístas isentam o conhecimento religioso dos ataques céticos, mas Guilherme de Budé, que também era fideísta, bebia da fonte do ceticismo acadêmico, lançando dúvidas sobre a razão humana e também sobre as verdades reveladas, sem, no entanto, abandoná-las. Em resposta à crítica de Budé, Omer Talon escreve em favor do ceticismo acadêmico, exaltando sua característica de extensão ao fideísmo, publicando posteriormente uma obra intitulada *Academica*, baseada numa visão do ceticismo acadêmico de Cícero, acerca da história do movimento acadêmico, desde as ideias de Sócrates. Talon inaugurou uma distinção entre o ceticismo religioso e o ceticismo quanto à razão, afirmando que em relação à religião é preciso antes crer, ao contrário do que se deve fazer em relação à razão (POPKIN, 2000, pp. 66-67). Pedro Ramus e Omer Talon foram acusados por Galland de fazerem parte dos *nouveaux academiciens*, por defenderem o ceticismo acadêmico, apesar de serem fideístas. Outros debates agitaram o palco do ceticismo acadêmico, que vivia um período de efervescência, ao ser capaz de conciliar razão e fé. *Les Dialogues de Guy de Bruès contre les Nouveaux Academiciens* foi publicado em 1557, por Guy de Bruès, apresentando argumentos e refutações acerca dos méritos do ceticismo acadêmico entre quatro de seus contemporâneos: Pierre de Rosard, Jean Antoine, Guillaume Aubert e Jean Nicot:

Busson e Greenwood vêem os esforços de Bruès como parte de um grande retrato dos primeiros apologistas a lutar contra um conjunto de monstros renascentistas surgindo aristotelismo de Pádua, do pirronismo, etc.; alinham Bruès junto a um movimento contínuo do séc. XVI de lutas contra todo o tipo de “irreligião cética”. (POPKIN, 2000, pp. 73-74)

A impressão que se tem é a de que a Igreja agonizava, e seus defensores viram no ceticismo acadêmico uma possibilidade de manter o controle das leis divinas, unindo a racionalidade exigida por um movimento da época à fé, pois, a despeito dessas tentativas, a Igreja, assim como o ceticismo acadêmico, viu-se incapaz de sustentar-se. O ceticismo acadêmico, mesmo tendo sido usado pelos fideístas, não rendeu à filosofia contribuições consideradas sérias e, somente com as publicações de Sexto Empírico, o ceticismo – pirrônico – passou a ter importância no campo filosófico.

Sexto foi lido e comentado por Giordano Bruno, teólogo, filólogo e líder do catolicismo francês, que viria a ser condenado e morto pela Santa Inquisição, sob acusação de heresia. Também foi abordado por médicos da época, a exemplo de Marsílio Cagnati, em *Variarum Observationum*, em que dedica parte da obra à biografia de Sexto; e pela obra histórica de Justus Lipsius, em que se refere ao ceticismo de Sexto como único ceticismo. Com Sanchez e Montaigne, no entanto, o ceticismo passa a ter uma importância maior em relação à filosofia, embora a filiação de Sanchez a uma forma específica de ceticismo seja assunto controverso.

Francisco Sanchez (1552-1623) foi um médico português que se dedicou ao ceticismo na obra *Quod nihil scitur*, em que tece uma crítica à noção aristotélica de conhecimento, adotando um nominalismo radical, ao atacar a ideia de definição das coisas, utilizada por Aristóteles. Essas definições são, para Sanchez, apenas nomes atribuídos às coisas que não fornecem nenhum dado explicativo sobre a coisa mesma. Critica, também, a noção de ciência, bem como o método demonstrativo de Aristóteles, acusando-o de ser demasiado obscuro, abstrato e trabalhar a partir de silogismos circulares (POPKIN, 2000, pp. 81-82). Sanchez conclui que o conhecimento não pode ser adquirido através de definições, pois definir é presumir causas que jamais seriam conhecidas verdadeiramente, posto que precisaríamos retroceder *ad infinitum*. Propunha, então, que em lugar de conhecer as definições e causas das coisas se conhecesse a coisa mesma, através da apreensão imediata de todas as qualidades reais do objeto. Porém, o próprio Sanchez reconheceu que era impossível ao homem conhecer todos os objetos particulares, por haver um número ilimitado deles. Dedicou parte de sua obra ao estudo das possibilidades de conhecimento verdadeiro a partir dos sentidos humanos e suas limitações em conhecer as substâncias das coisas. Seu ceticismo se mostra na conclusão de que a forma verdadeira de conhecimento significativo é impossível. Alguns estudos

consideram Sanchez um sucessor de Sexto Empírico, mesmo que não o mencione em sua obra e que seu ceticismo negativo e probabilístico se assemelhe mais ao acadêmico (POPKIN, 2000, p.85). Essa atribuição talvez se deva à forma como trabalha os argumentos céticos, assemelhando-se à tradução de Estienne da obra de Sexto (POPKIN, 2000, p.51). Outras fontes sustentam ainda que Sanchez era na verdade um empirista que se utilizava dos argumentos céticos para se opor ao modelo aristotélico de fazer ciência. O que se sabe, ao menos para fins deste estudo, é que o ceticismo aparecia fora do cenário religioso, tratando do conhecimento como um problema científico. Mas, é com Montaigne que o ceticismo pirrônico ganha força e visibilidade na Idade Moderna, como veremos no capítulo a seguir.

A vinculação do fideísmo antirracionalista ao ceticismo acadêmico parece se dever a um acidente de percurso, ao ser visitado por Agostinho e posteriormente por filósofos que o utilizaram para fundamentar uma defesa da fé como resolução do problema do critério. Mas não só, isso também se deve ao fato de que sua postura é mais inclinada ao dogmatismo negativo, na negação da possibilidade de conhecimento verdadeiro, postura que é facilmente desenvolvida pelos fideístas antirracionalistas, que atribuem à Igreja a autoridade por aproximação, atitude característica do probabilismo do ceticismo acadêmico.

É perceptível, a partir dum estudo histórico, que o ceticismo acadêmico aparece frequentemente vinculado à defesa antirracional do fideísmo, uma vez que a negação do conhecimento redundava na reafirmação da fé, para os defensores da Igreja, enquanto o pirrônico se insere nos debates argumentativos que privilegiam a racionalidade, trazendo a suspensão do juízo como alternativa ante a aporia. Essa diferença, exposta no primeiro capítulo deste estudo, parece fundamentar a queda do ceticismo acadêmico e ascensão do pirronismo na modernidade, o que fica claro a partir da obra de Montaigne.

O ceticismo acadêmico, que já havia perdido forças quando o pirronismo surgiu, na tentativa de retomar o ceticismo investigativo de Pirro, viu-se, no início da modernidade, tão preterido quanto no próprio medievo, com suas doutrinas dogmáticas.

O “pirronismo moderno”

Longe de resolver o problema do critério, para fins filosóficos ou religiosos, Lutero apenas abriu o debate que recolocou o ceticismo pirrônico nas discussões filosóficas da época, a partir da *crise pyrrhonienne* do Renascimento. Mas, é a Montaigne que devemos a recuperação e ascensão do pirronismo na Idade Moderna, a partir dos argumentos sextianos.

Michel de Montaigne (1533-1592) foi o maior pensador do ceticismo pirrônico na modernidade. Isso se deve, sem dúvida, à sua vivência pessoal de problemas com as dúvidas extremas, em que os argumentos do ceticismo pirrônico foram a cura para a doença intelectual que lhe acometia. À essa crise, Popkin chama de *crise pyrrhonienne* pessoal, numa analogia à crise da Reforma Protestante, que derrubou as bases sólidas da Igreja e em seu lugar colocou dúvidas insolúveis. Montaigne, de igual modo, se via cercado por dúvidas das quais não conseguia fugir. O filósofo compôs seu Ensaio cético, *Apologia de Raymond Sebond* – obra que se refere à defesa de Montaigne às críticas sofridas pela publicação de *Theologia Naturalis*, escrito pelo teólogo Raymond Sebond – enquanto lia Sexto Empírico. As críticas à obra de Sebond diziam que a fé não deveria ser sustentada pela razão e que os seus argumentos não eram suficientemente bons e racionais. Embora Montaigne tenha escrito a defesa de Raymond Sebond em razão de seu fideísmo, o processo se dá de maneira bastante diversa daquele adotado pelos fideístas antirracionais, adeptos do ceticismo acadêmico.

Entretanto, julgo que em uma coisa tão elevada e divina, que sobreexcede a inteligência humana, como essa verdade com que a bondade de Deus houve por bem iluminar-nos, cumpre que Ele nos continue a auxiliar, e que só por um favor especial de Sua parte podemos percebê-la e penetrá-la. Abandonados unicamente à nossa inteligência, não seremos capazes, pois se assim não fosse, muitos espíritos superiores e privilegiados como os que floresceram nos séculos passados teriam chegado à fé por intermédio da razão. (MONTAIGNE, 1972, P.209)

Montaigne divide sua defesa em duas partes: as questões de fé e as questões céticas. Ao contrário dos outros fideístas, ele não se utiliza do ceticismo pirrônico para fundamentar uma crença irracional, mas divide os assuntos em duas categorias diferentes; afirmando a fé antes de qualquer coisa e pondo em dúvida toda a racionalidade, numa atitude de superação da ideia de razão através duma espécie de relativismo. A razão não pode interferir nos assuntos divinos, assim como a fé não pode justificar argumentos racionais. Talvez pareça contraditório afirmar que o ceticismo pirrônico não forneça argumentos para o antirracionalismo, na medida em que afirmamos que Montaigne o usou para apoiar seu fideísmo. Mas a diferença se instaura no modo como isto ocorre. Os argumentos sextianos são usados por Montaigne para justificar o conhecimento das coisas, quando possível, pois não condizem com o probabilismo do ceticismo acadêmico – que gerava uma atribuição da verdade – nem sugerem que a verdade não possa ser conhecida. Ele se utiliza desses argumentos para expor suas ideias relativistas, partindo da limitação de nossos sentidos em relação ao que eles podem captar da verdadeira essência das coisas. Essa limitação dos sentidos revela as dificuldades enfrentadas pelos céticos acadêmicos do Renascimento na busca do critério da verdade. Sem os sentidos, restaria a razão, mas esta precisaria se sustentar a partir de critérios que ela mesma estabeleceria, sendo, portanto, incapaz de gerar

conhecimento verdadeiro nos assuntos éticos, em que se faz necessária, então, a suspensão do juízo. Com esse raciocínio Montaigne resolve o problema do critério da verdade, concluindo a impossibilidade de encontrá-lo, e constrói seu ceticismo a partir duma cadeia de dúvidas e argumentos racionais, diferentemente dos outros cétricos fideístas, que se baseavam no anti-intelectualismo para justificar a fé.

O dualismo fé/razão, criado durante a Reforma, fora desmistificado na obra de Montaigne e usado em defesa do fideísmo pela Contrarreforma, não unindo razão e fé, como os cétricos acadêmicos do Renascimento, mas separando-as originalmente em dois departamentos, de maneira que poderiam coexistir tranquilamente e, assim, se apoiar. Mais que isso, o ceticismo pirrônico tornou-se o modelo de ceticismo que mais combinava com o fideísmo, por libertar o homem do dualismo fé/razão ao qual fora submetido durante as disputas da Reforma e Contrarreforma.

A defesa do ceticismo pirrônico de Montaigne foi um dos pilares da construção do pensamento moderno. Mais do que resolver o problema do critério – esclarecendo sua impossibilidade – Montaigne recolocou o pirronismo na filosofia, que foi de extrema relevância nas discussões humanistas e científicas da época, tornando-se, até o século XVIII, o “filósofo da transição” entre medievo e Idade Moderna (POPKIN, 2000, p.106). Montaigne foi, decididamente, o filósofo que mais privilegiou o ceticismo pirrônico, expondo ao mundo os argumentos de Sexto Empírico.

A Igreja Católica, antes responsável pela ascensão do dogmatismo positivo, parece ter decretado a morte do ceticismo acadêmico, ao se utilizar de seus argumentos em causa própria. A Idade Moderna suscitou justamente o que faltava às posições da Igreja e do ceticismo acadêmico: investigação e argumentação racional. Parece coerente afirmar que ceticismo moderno é o mesmo que “pirronismo moderno”, pois, foi na modernidade que o ceticismo passou a ser sinônimo de pirronismo, a partir da obra de Sexto Empírico, recuperado pela religião e devolvido aos braços da filosofia.

Bibliografia

BOLZANI FILHO, Roberto. **Acadêmicos versus pirrônicos**. Sképsis, 2011. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://philosophicalskepticism.org/wp-content/uploads/2014/06/1academicos_versus_pirronicos.pdf. Acesso em 20 de junho, 2018.

BRITO, Rodrigo de Pinto. **Algumas outras palavras sobre ceticismo e cristianismo.** Archai, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/11926994/ALGUMAS_OUTRAS_PALAVRAS_SOBRE_CETICISMO_E_CRISTIANISMO_Some_other_Words_on_Skepticism_and_Christianism_Publicado_em_2015. Acesso em 29 de junho, 2018.

EMPÍRICO, Sexto. **Esboços pirrônicos I-30.** Tradução (bilíngüe grego/português e espelhada) Rodrigo Pinto de Brito. Sképsis, 2018. Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/E_autores/EVA_Luiz_Antonio_Alves_tit_Paradigma_oculto_da_filosofia_moderna-O_o_ceticismo.htm#.Wwxk_wox5Rc.facebook. Acesso em 20 de junho, 2018.

EVA, Luiz Antonio Alves. **O paradigma oculto da modernidade - o ceticismo.** Espiritualidade e Sociedade, S.D. Disponível em: http://www.espiritualidades.com.br/Artigos/E_autores/EVA_Luiz_Antonio_Alves_tit_Paradigma_oculto_da_filosofia_moderna-O_o_ceticismo.htm#.Wwxk_wox5Rc.facebook. Acesso em 20 de junho, 2018.

MARCONDES, Danilo. **Montaigne e a descoberta do Novo Mundo.** Kriterion, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2012000200006. Acesso em 20 de junho, 2018.

MARCONDES, Danilo. **Pirronismo e a Nova Academia.** Revista de Ciências Humanas, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n2/v9n2a08>. Acesso em 20 de junho, 2018.

MONTAIGNE, Michel de. **Ensaio.** Coleção Os Pensadores. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultura, 1972.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. **Rumo ao ceticismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2007. SciELO Books. Disponível em: <file:///C:/Users/Karina/Desktop/Publica%C3%A7%C3%B5es/artigo-revista%20manguezal/Rumo%20ao%20ceticismo%20-%20Oswaldo%20Porchat%20Pereira.PDF>. Acesso em 16 de junho, 2018.

POPKIN, Richard. **História do Ceticismo de Erasmo a Spinoza.** Tradução Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.